

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR

Ao segundo dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e um, às 9:30 horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso pelo link <https://conferencia.pr.gov.br/CERMA>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo assim, deu-se início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os seguintes **Conselheiros Governamentais**: Cláudio Marques Rolin e Silva - (SESP); Danilo Peres Buss (SECC) – Titular; Kelly Letchakowski (SEJUF-DEDIF) – Suplente; Lucélio Helder Cherubim (SEED) – Suplente; Rosane Souza Freitas (SESA) – Titular; Saul Dorval da Silva (Casa Civil/SUDIS) – Titular; **Conselheiros da Sociedade Civil**: Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP) – Suplente; Andressa Gongora Barboza (ARAS) – Titular; Elizete Sant’Anna (Pastoral Migrante) – Titular; Marcia Terezinha Ponce (CÁRITAS Regional PR) – Titular; Marcos Calixto Stier (CAEBE) – Titular; Renato de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente; Rima Awada Zahra (CRP) – Titular; **Demais Participantes da Reunião**: Graziella Molina – SEJUF/DEDIF; Isabella Traub; Jane Vasques – Secretária Executiva CERMA/PR; Janaina Cristiano (FAS); Luana Lubke – SEJUF/DAS; Roselene Sonda – MPPR; **1. Abertura**: Após a visualização de quórum, a Presidente Márcia Ponce saudou todos os conselheiros e conselheiras presentes dando início à reunião. **2. Apreciação e Aprovação da Pauta Única**: Pauta aprovada – Formação da Comissão Eleitoral. A presidente Marcia iniciou a reunião questionando se alguma entidade da sociedade civil gostaria de participar da comissão eleitoral ou se mantinham o interesse em concorrer a uma cadeira no Conselho, não houve manifestação e Marcia afirmou que a Sociedade Civil se retira então da formação da comissão eleitoral e informa que será necessário a participação do Ministério Público e a Defensoria possam acompanhar a comissão. Marcia perguntou para a secretaria Jane se referente a participação governamental já tinha indicação de quem integraria a comissão, e Jane informou que sim, confirmando Ana Felícia Bodstein (SEJUF_DEDIF), o conselheiro Saul Dorval que não estava presente na reunião por estar em outro compromisso conforme informado, e o conselheiro Cláudio Marques (SESP) que se dispôs a integrar a Comissão caso não haja participantes para compor. Jane questionou se o conselheiro Hélder conseguiu informações sobre a possibilidade da sua participação na Comissão, após apresentar o problema com o áudio para responder, Jane aproveitou para informar que já foram encaminhados os ofícios para o Ministério Público Federal e para a Defensoria Pública da União, os quais ainda não tiveram retorno mas estão sendo acompanhados pela Secretaria-Executiva. Com o áudio já reestabelecido, o conselheiro Lucélio Hélder informou que após conversa com seu superior, está autorizado a participar da comissão eleitoral do CERMA/PR. Posto isso, Jane informa a reorganização da comissão, ficando da seguinte maneira: Ministério Público Federal, Defensoria Pública, conselheira Ana Felícia (SEJUF/DEDIF), conselheiro Saul Dorval (Casa Civil), e o conselheiro Lucélio Hélder (SEED). Marcia então reitera a composição da Comissão de Eleição, ressaltando que essa ficará responsável pelos encaminhamentos, preparando os processos internos para a eleição. A conselheira Rosane, perguntou se a composição estava completa e Marcia confirmou, lembrando também que Rosane

ficou de consultar com a SESA a possibilidade de participar da Comissão. Jane inteirou que se ela pudesse participar seria melhor, tendo em vista que o conselheiro Saul tem muitas tarefas. Marcia questionou se a conselheira obteve retorno e a mesma informou que foi autorizada. Assim, Marcia falou que seria melhor a participação da Rosane

, pois o ideal é a colaboração dos conselheiros e conselheiras que estão conseguindo acompanhar as reuniões do CERMA/PR. Jane comunicou que Saul acabara de entrar na reunião, e informou que repassou aos demais conselheiros/as presentes na reunião, sobre ele ter muitas tarefas no CONSEPIR, conselho que acabou de retomar as atividades com uma nova gestão da qual Saul é presidente. Jane alegou que Saul iria compor a Comissão Eleitoral caso realmente não tivesse outro componente para participar, assim como o Dr. Cláudio Marques que também se dispôs. Marcia disse que poderia definir dessa forma a representação governamental: Ana Felicia (SEJUF_DEDIF), Lucélio Hélder (SEED) e Rosa Freitas (SESA), e como a sociedade civil definiu não participar da comissão, ficou Ministério Público e Defensoria para realizar o acompanhamento. A conselheira Elizete questionou se algum dos órgãos podem negar-se a participar ou necessariamente eles precisam assumir essa tarefa. Jane informou que eles não podem recusar, vão ter que indicar algum representante. Enfatizou ainda que no ofício encaminhado aos órgãos foi informado a Lei, artigo e incisos sobre a participação deles nesse processo. Marcia confirmou a definição da comissão e falou sobre a importância de avançar o quanto antes, pois os dias correm especialmente nesses tempos de pandemia, e esse processo tem certa urgência a fim de que se tenha tempo hábil para organizar. Marcia expressou que a reunião foi chamada como extraordinária para definir a comissão eleitoral, não havendo mais nenhum ponto de pauta. Jane se comprometeu a abrir um grupo no whatsapp com os membros da comissão, e cobrar o retorno da Defensoria e do Ministério Público Federal. Marcia declarou ter um último ponto para encaminhamento de forma rápida, lembrando que na última reunião do Conselho foi conversado sobre a questão do Afeganistão e foi sugerido que saísse uma nota, comunicado ou ofício para o Governo Federal através do Ministério das Relações Exteriores, se colocar enquanto Conselho que o CERMA/PR esta acompanhando essa situação do Afeganistão e se há uma possibilidade de uma acolhida humanitária por parte do governo brasileiro. A presidente Marcia comentou que viu uma entrevista na televisão que o Brasil ficou de fora do acordo de acolhida humanitária, e acha importante haver uma manifestação do Conselho com relação a isso, a esse momento trágico. O conselheiro Calixto solicitou a palavra e informou que está com uma Comissão Internacional, foi criada uma coalizão chamada Afeganistão e Brasil, com um grupo que tem gente lá no país e nos países vizinhos e na terça-feira chegou nas mãos do presidente através de um deputado representando a carta de várias entidades inclusive a ANAJURE, houve outras instituições que também mandaram suas manifestações, e está havendo certa resistência no sentido de aceitação, só que o projeto do qual faz parte decidiu ontem em reunião que assim mesmo vão continuar. Calixto comunicou que ontem uma equipe da Coreia conseguiu tirar trezentos afegãos, pelos planos B e C, contudo,

eles estão ficando nos países vizinhos, então terão um tempo. Calixto prosseguiu informando que a Espanha abriu as portas, e algumas pessoas foram encaminhadas para lá, e que o grupo do qual faz parte está precisando de uma logística e vai ficar de sobreaviso, também disse que já entraram em contato com vários acampamentos de retiro do país e alguns já abriram em caráter temporário para receberem entre cinquenta a cem pessoas em cada retiro. Calixto falou que tem que colocar eles em grupos para não haver problemas, pois se trata de uma cultura muito fechada. O conselheiro comunicou que no momento estão atrás de intérpretes que falam Furst, que é a língua que eles falam, só que estão desanimados com a resistência do governo brasileiro, porque a hora que abrir a porta, já estão com toda a estrutura de logística montada para encaminhar as pessoas aos retiros, informou que em Gramados - RS uma casa de retiros abriu para eles, disponibilizando cinquenta lugares, só que há esse impasse do Governo e que seria importante uma manifestação do CERMA/PR. Calixto informou que por mais que tenha fechado o aeroporto lá, ainda não é tarde pois há mais aeroportos, existem outros planos e outros países que no momento não podem ser revelados. Disse que há uma lista que está na mão do Ministério das Relações Exteriores com os nomes de quatrocentos afegãos, registro e solicitação de visto, e que gostariam nesse momento da aprovação de, pelo menos, esses quatrocentos vistos. Professor Calixto declarou que se o CERMA escrever com a força estatal que tem seria de extrema importância. Marcia disse que tem-se visto muita mobilização mundo afora, muitos países se comprometendo com essa catástrofe que está acontecendo no Afeganistão, e o Brasil sempre foi signatário de acordos internacionais e sempre teve essa relação de trabalhar nas questões humanitárias, de ser parceiro de outros países, então este é um momento importante para reafirmar frente ao governo federal que há um movimento dentro do Brasil, importante, expressivo quer atua com essas populações em situação de crises humanitárias, em conflitos, como o que estão vivendo mundo afora e agora a migração tem os rostos do momento, passando por vários nos últimos tempos: haitianos, sírios, venezuelanos e agora são os afegãos, e enquanto Conselho Estadual tem-se a obrigação e a responsabilidade de se colocar nesse momento. O governo Federal através do Ministério das Relações Exteriores precisa saber que há um conselho estadual no Brasil e que tem tratado desse tema com responsabilidade frente a essas situações de ameaça a vida. A conselheira Rima pediu a palavra e sugeriu que antes de emitir uma nota, fosse realizada uma conversa com a ACNUR, pois eles já estão realizando uma movimentação e se talvez não seria interessante integrar essa movimentação que já está acontecendo, já está encaminhando, do que ter que construir algo do zero, ou uma nota do CERMA/PR que nem surta tanto efeito. Marcia informou que já foi realizado esse movimento através de um diálogo com a OIM e com a ACNUR e a resposta das duas agências, é que eles não podem assinar nenhuma manifestação que vá para o governo federal, pois eles têm uma questão ética. Marcia prossegue, explicando que o que se sabe é que essas agências têm uma relação direta de negociação com os governos no sentido de relações diplomáticas, no caso de ter uma manifestação por parte de um conselho estadual como o CERMA/PR, eles não podem ter a vinculação do nome das agências nesse tipo de nota ou manifestação. Marcia complementa dizendo que não se trata de uma nota, que precisa ser feito um ofício, por se tratar de um documento oficial, pois percebeu-se nos últimos tempos que tem-se visto muitas notas de repúdios, solidariedade, manifestações que não

surtem efeitos, e que enquanto Conselho estadual, nesse caso específico, o conselho está dizendo que os países estão dialogando sobre uma situação grave de ameaça a vida, de um conflito que diz respeito a famílias, homens, mulheres, crianças que estão numa situação grave e que o Brasil enquanto signatário de acordos internacionais por décadas, precisa também se posicionar. Marcia fala que há uma inverdade sobre muitas coisas, como se o Brasil tivesse de portas abertas recebendo todos, mas na verdade são situações que vem sendo fortalecidas ao longo do período, que criam muito preconceito, um processo de xenofobia contra a população migrante especialmente, como vetores de doenças, enfim várias coisas especialmente no contexto de pandemia. A sugestão de encaminhamento é que se faça pela secretária da mesa diretora, pensar em quem poderia contribuir com nesse ofício, citou Isabela Traub que sempre colabora com o conselho, a Gabriela Teixeira, o Ministério Público, e sugeriu solicitar outros apoios e fazer realmente um ofício embasado na própria Lei de Migração, em documentos de acordos internacionais que o Brasil já tenha assinado, trazendo fundamentação jurídica para esse ofício. Marcia enfatizou a importância de não ser somente uma nota de solidariedade e solicitou que os conselheiros se manifestassem a respeito. Conselheiro Calixto informou que esta cem por cento de acordo com o que foi proposto, é preciso ter algo, pois isso vai envolver portaria, decreto, então mais do que nunca se faz necessário o jurídico fazer parte da elaboração dessa carta, porque ela pode envolver várias leis e situações que já foram aprovadas, assim a área jurídica ajudaria muito pois iria um ofício bem embasado em termos jurídicos. Calixto lembrou, como já falado por Marcia, que a OIM e ACNUR são organizações consultadas pelo governo sobre os assuntos, e propõe que realmente o CERMA/PR possa fazer o ofício, com uma equipe principalmente jurídica. Marcia afirmou que a ideia é que se aprove isso, e fala que não se pode esquecer que o CERMA/PR tem um peso de conselho estadual, com representação por parte governamental e parte sociedade civil, não podendo ficar sempre no imaginário de que o conselho não se tem força e precisam de outras organizações. Marcia enfatizou que as organizações parceiras sempre somam ao CERMA/PR, e é importante esse processo de construção coletiva, processo democrático envolvendo outros atores é sempre muito importante, mas o conselho por si só tem uma força, sendo uma representação importante dentro do estado do Paraná, assim é necessário assumir esse papel enquanto Conselho, de ser essa voz nesse espaço, e o Paraná, dentro do cenário Brasil, é um dos estados que mais tem recebido esse movimento migratório de diversos rostos. Marcia falou que a Isabela se dispôs a contribuir e reforçou a busca por parcerias e apoio das áreas jurídicas e dos participantes observadores que sempre participam do conselho, ficando encaminhado dessa forma. A conselheira Elizete, em continuidade a fala da presidente Marcia, informou que no final da reunião anterior, foi questionado se a Cátedra Sérgio Vieira de Melo poderia ser convidada para ajudar nesse processo, e a sugestão havia sido aprovada. Elizete prossegue informando que tem a Cátedra aqui em Curitiba – da Universidade Federal, e também da UNICURITIBA, então é importante trazer essas duas cátedras para fazer esse dialogo e compor esse ofício, sendo necessário comunicar a eles a importância desse processo. Marcia concorda que devem ser envolvidas as duas cátedras e lembra que a UNILA (Foz do Iguaçu) também encontra-se em processo de integração à Cátedra Sérgio Vieira de Melo. Marcia sugeriu como encaminhamento que a conselheira Rima e a Isabela, verificassem outras pessoas que

podem colaborar, podendo ser até as próprias universidades das Cátedras. Roselene sugeriu já definir na reunião os nomes das pessoas que vão colaborar com o documento, quem vai ficar responsável por fazer a articulação com outras entidades que podem compor o ofício, e Marcia reitera Rima e Isabela Traub como as articuladoras e perguntou se o conselheiro Alisson também gostaria de compor o grupo para fazer esse processo de contato com as universidades e posteriormente encaminhar para o núcleo jurídico e fazer esse ofício embasado também nos acordos internacionais dos quais o Brasil já integrou e nas legislações vigentes. O conselheiro Marcos Calixto questionou se quando é elaborada uma carta dessa, vai os nomes de todas as entidades assinada embaixo junto ao CERMA/PR. Marcia falou que a equipe poderá colocar que o Conselho é composto por várias organizações e citá-las, nominalmente todas que estão no Conselho hoje por parte das secretarias, do governo de Estado, bem como as representações da sociedade civil. Alisson informou que pode dialogar com a UNILA, porque também tem o Comitê de Atenção aos migrantes de Foz do Iguaçu, uma cidade que é região de fronteira possuindo grandes comunidades de migrantes, sendo bastante importante a colaboração. Roselene pergunta se não seria bom já sinalizar um cronograma para a Comissão Eleitoral, e Marcia informou que a comissão está sendo constituída agora, e após formalizada a primeira demanda será a elaboração do cronograma, que será apresentado na próxima reunião. Calixto questionou se é necessário aprovar a composição da Comissão, ou não precisa. Marcia informa que não pois a composição governamental já foi constituída e teriam que aprovar caso houvesse participação da sociedade civil. Jane reforçou a informação de que está aguardando o retorno do Ministério Público Federal e da Defensoria para fazer a deliberação da Comissão, o grupo do whatsapp e na sequência marcar o processo de que eles vão se reunir para elaboração do cronograma e edital. Roselene questiona Jane se no regimento interno do conselho está descrito Ministério Público Federal ou MP Estadual para compor a comissão na ausência de representantes da sociedade civil, pois se estiver no regimento interno que é o MP Estadual, vai ter que consultar o núcleo de apoio e o Dr Rafael. Roselene declara que entende que o MP estadual deve ficar só na observação pois se houver alguma representação no Ministério Público Estadual, fica estranho o Ministério Público ter acompanhado a comissão e depois ter que atuar, intervindo em algum problema. Posto isto, Roselene solicita que lhe SEJA encaminhado o Regimento Interno, e Jane confirma envio e informa que o mesmo está disponível no site do CERMA/PR. Roselene informou que se ficar com alguma dúvida entra em contato. **Encerramento:** Após as referidas discussões, encaminhamentos e apresentações, a presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se. A presente Ata fora redigida pela residente técnica Graziella Molina, e revisada pela Secretaria Executiva Jane Vasques do DEDIF/SEJUF.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR